

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005904-47.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **LEYD DAYANE SILVA DE ALMEIDA COSTA e outro**
 Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Leyd Dayane Silva de Almeida Costa e Patrícia Rodrigues da Silva intentaram ação de indenização em face do Banco Santander Seguros SA e Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência SA (incluída na lide à fl. 210).

Sustentaram que Manoel Gonçalves da Silva, pai das requerentes, tinha contrato de seguro com o requerido, com validade de 08/01/2014 a 08/01/2015 e, portanto, fariam jus a perceber valor pelo óbito.

A negativa se deu por ter sido a morte natural. Ademais, afirmam que a morte foi acidental, visto que não havia doença pré-existente, o que embasaria o pedido.

Em contestação o requerido sustentou ilegitimidade passiva pois apenas intermediou a contratação. Ausência de certeza quanto ao pólo ativo. Falta de interesse de agir. Quanto ao mérito, sustenta que a morte não foi acidental e, assim, não há dever de indenizar.

Réplica às fls. 184/199.

Laudo pericial juntado às fls. 242/246.

Memoriais finais às fls. 264/267.

É o relatório.

Decido.

A alegação de ilegitimidade não vinga; se o banco sustenta que intermediou a contratação é responsável por ela, o que é obvio, tendo lucrado com o contrato. Aquele que colhe os frutos do negócio deve ser responsabilizado por ele.

Em relação à falta de interesse de agir, houve negativa de pagamento e, assim, as autoras tinham total necessidade do feito para tentar obter o que buscam. Pouco importa não ter ocorrido cobrança administrativa já que simples leitura da contestação indica que as requeridas refutam o dever de indenizar, saltando aos olhos o interesse para o feito.

Quanto a possível ilegitimidade ativa, é bem verdade que poderiam ter sido exigidos, outrora, documentos comprobatórios de que seriam as autoras as únicas herdeiras, como cópia de inventário, etc. Tal questão, porém, não impede o prosseguimento da lide, visto que eventual procedência pode levar à obrigação de pagamento, ficando a questão dos legitimados ao recebimento, a ser ainda discutida neste ou em outro feito.

Superadas as preliminares, a apólice de fls. 21/24 evidencia que o contrato era de seguro por "acidentes pessoais".

Para que se diferencie tal espécie de contrato daquele que cuida de seguro de vida, no primeiro são cobertos somente acidentes, e não morte natural, de onde deriva a corriqueira diferença de preços de ambas as apólices.

Não obstante regras administrativas não vincularem o Judiciário, até porque não são leis em sentido formal, não é de se olvidar o disposto na Resolução 117, da SUSEP, que regula



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

a matéria.

Em seu artigo 5º, I, b1, se verifica que estão excluídas de coberturas as doenças nas forma ali explicitadas, e não há dúvidas de que a morte do segurado se deu por conta de uma delas.

Tal conclusão se extrai do laudo pericial de fls. 242/246, no qual a perita indica como causa da morte *Paracoccidioidomycose* e possivelmente outra doença associada, com quadro clínico que se iniciou no começo do mês de abril de 2014, descoberto cerca de um mês após, iniciando-se tratamento para a doença fúngica (fls. 19, 219 e 244).

Assim, decorrente a morte de doença, afastada está a hipótese de incidência do contrato, que somente cobre óbito acidental.

É verdade que o conceito de "acidental" ainda causa muita divergência ao menos na jurisprudência; neste caso, porém, havia doença que se descobriu, anterior e causadora da morte, o que dispensa maiores digressões.

Ante o exposto julgo improcedente o pedido inicial.

Custas e despesas processuais pelas autoras, assim como honorários advocatícios de 10% sobre o valor atualizado da causa, observada a gratuidade deferida (fls. 25/26), para eventual cobrança.

Com o trânsito em julgado arquivem-se os autos.

PRIC

São Carlos, 25 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**